

## LOBATO, MITOS E REALIDADES

Hélio Damante

O processo literário, como o histórico, mas não necessariamente o político, é um processo de desmitificação ou desmitologização, para empregarmos um termo em moda, com toda a relatividade/relativismo inerente ao significado das palavras, como o demonstrou o saudoso mestre Sérgio Buarque de Hollanda. É, também, um processo de obsolescência, que não se deve confundir com “obsolescência planejada”, própria da sociedade de consumo, ora em crise.

Em abono de Monteiro Lobato, de quem comemoramos o centenário do seu feliz nascimento, no casarão do Visconde, em Taubaté, não se pode afirmar que se tornou, no todo, obsoleto. Ele se ergue, pelo menos para as atuais gerações, na estatura de mito e desfazer alguns deles é certamente tarefa da, digamos, historiografia literária.

Deve-se retificar desde logo o conceito corrente de que Ruy Barbosa **lançou** Monteiro Lobato. Pelo menos na Província, Lobato já era nome feito, quando do discurso de Ruy no Teatro Lírico, no Rio de Janeiro, em 20 de março de 1919, ao início de sua segunda campanha presidencial, também malograda, a velhice do tribuno rompendo em ímpetus juvenis. **Urupês**, livro do ano anterior, já andava em gloriosa terceira edição. Ainda de 18, memorável “ano da gripe espanhola”, é seu **Problema Vital**, onde trata de saneamento básico, mas não como novidade. Antes dele estão, por exemplo, o médico Oswaldo Cruz e o engenheiro sanitarista Saturnino de Brito.

Nome tão autorizado, o de Lobato, que o candidato presidencial cita-o em abono de sua tese — avançada para a época — sobre a questão social no Brasil. A esparramada citação de Ruy, esta sim, “consagrou definitivamente” o piraquara de Taubaté, como bem o notava o **Estadinho**, edição vespertina do **Estadão**.

Quem o lançou, inicialmente, foi **O Estado**, onde o escritor, agora travestido de fazendeiro, já colaborava bem antes da denúncia célebre de **Uma velha praga** (1914). Tenho seguro elemento de convicção não passar de lenda romântica, a estória de que seu protesto contra as queimadas, fora originalmente uma carta à secção Queixas e Reclamações, carta essa transformada pelo bom senso do secretário da redação em artigo assinado.

Que foi artigo e não carta de leitor, prova-o o próprio Lobato, em carta a Godofredo Rangel: “Publiquei esta semana ( carta de 22, artigo de 12/11/1914 ) **um artigo no Estado** ( grifo nosso ) e, com surpresa, recebi a propósito 5 cartas e um convite da Sociedade de Cultura Artística, para fazer uma conferência lá. Em vista disso, eu e minha mulher fomos ler o tal artigo, cheios de vontade de gostar — e nada vimos que provocasse o entusiasmo dos paulistas. Fiquei na dúvida...” ( Cf. **A Barca de Gleyre**, 1944, pp. 249/51 ).

Nesse artigo, o Jeca Tatu aparece apenas de passagem. Não como o símbolo nacional que se tornou, depois que os Laboratórios Fontoura dele lançaram mão, em tiragens astronômicas de folhetos de propaganda do seu remédio contra o amarelo e de seu complemento “fortificante”, o Biotônico... Com texto original do próprio Lobato e a caricatura clássica do simplório, que seu criador, talvez por pudor da palavra “caipira”, refere como o “caboclo”. O personagem poderia ser tanto o Jeca Tatu como o Manoel Peroba, o Chico Marimbondo ou o futuro Zé Brasil. Todos condenados ao anonimato, pela felicidade do retrato primevo.

Entusiasmado pela repercussão do artigo, o “pai da criança” de imediato se apercebeu da potencialidade do personagem, que apenas deixara entrever. E escreve “Urupês”, ao redor do indianismo, outro artigo de jornal, publicado no **Estado** a 23 de dezembro de 1914. Mas o personagem se lhe escapa, cai no domínio público e ele mesmo acabará assumindo-o, sem hesitações, em **Idéias de Jeca Tatu**, mas ainda chamando-o impiedosamente de “fantasmagoria antropológica”.

Para este Jeca, dono, aliás, de cultura própria e rica, é que Ruy conscientizará a platéia do Teatro Lírico, verniz da nossa civilização litorânea, à qual se misturavam, no entanto, a convite do orador, representantes do proletariado urbano. O tribuno apanhara a deixa no seu conteúdo de crítica social, o qual escapara ao próprio Autor, para proclamar, citando Lincoln e Nabuco, a precedência do trabalho sobre o capital. Era o apossamento urbano do caipira, numa previsão, muito segura de si, do migrante transmudado em operário.

Mas foi o Jeca, rural, e não o operário, urbano, que feriu a imaginação nacional, em razão certamente da carga atávica do “país essencialmente agrícola”, e aqui entra também a escravidão, onde Ruy se situa, socialmente, muitos furos acima de Lobato. Quaisquer que tenham sido as posições posteriores do consagrado autor de **Urupês**, ele continuou fiel às suas raízes conservadoras e perrepietas. Mas essa é outra história.